

# Sarney: pacto deve ter curta duração e agenda aberta.

20 DEZ 1986  
JORNAL DA TARDE

O presidente quer um regime de co-responsabilidade para as grandes decisões

Curta duração, espírito desarmado das partes, sem exclusão de correntes ou pensamentos, agenda em aberto e o compromisso prévio de registrar o acordo de um documento final. Estas são as condições para tornar viável o pacto social, de acordo com o presidente José Sarney. Para ele, o ideal será alcançar um regime de co-responsabilidade — com a participação do Estado e da sociedade — para a tomada de grandes decisões. O presidente, ao fazer um balanço deste ano e dos resultados do Plano Cruzado, convocou os trabalhadores, à discussão das reformas econômicas, porém em um clima de entendimento.

Sarney abriu a sua agenda de ontem para receber os cumprimentos de final de ano dos jornalistas que fazem cobertura diária do Palácio do Planalto, a quem voltou a fazer uma projeção otimista para o desempenho da economia brasileira no próximo ano. De acordo com o presidente, o Plano Cruzado está tendo desdobramentos naturais que buscam criar condições de o País não voltar a conviver com a recessão. Ele confessou-se desapontado com a iniciativa privada que, na sua opinião, não correspondeu aos apelos iniciais da reforma econômica para manter a produção no mesmo nível do consumo.

Em 87, disse o presidente da República, o governo manterá sua confiança na retomada dos investimentos, e, se isso não ocorrer, não hesitará em voltar a transformar o Estado "no grande propulsor nessa área".

O crescimento, ele prosseguiu, é a resposta para todos os males brasileiros, "e prometo lutar bastante para mantê-lo". Sarney admitiu, no entanto, que neste ano o País cresceu a uma taxa excessivamente alta (11%), o que, em vez de produzir excelentes resultados, acaba criando problemas. O ideal é voltar aos níveis de crescimento de 5 a 7% ao ano. "com investi-

mentos", conforme ele ressaltou.

## Dívida externa

Outro tema destacado pelo presidente Sarney, após tomar um gole de champagne com os jornalistas, brindando o novo ano, foi a dívida externa. O presidente considerou "sedutora" a palavra moratória, insistentemente repetida por políticos e alguns setores da economia que defendem a suspensão do pagamento da dívida aos credores internacionais. Para Sarney, moratória lembra a guerra das Malvinas, entre Inglaterra e Argentina. "No início foi uma festa, mas quem pagou a conta?", perguntou ele, para completar: "O próprio povo".

Nesse ponto, o presidente assegurou que o Brasil continuará mantendo uma posição de não aceitação de monitoramento da economia brasileira pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Quando assumiu o governo — ele lembrou — "havia um acordo pronto nesse sentido. Não aceitamos porque achamos que o Brasil tinha agora um governo sério". Em dois anos, o crescimento brasileiro, traduzido em números corresponde ao tamanho de toda a economia argentina, ele afirmou. "Hoje, o Brasil é respeitado. O próprio FMI reconheceu que nossa economia está menos vulnerável", disse o presidente, admitindo porém que não se pode esperar generosidade dos credores. Apesar dos sinais positivos do Clube de Paris diante do desempenho da economia brasileira, o presidente disse que "nemtudo são rosas. Não vamos esperar por um milagre".

Finalmente, o presidente José Sarney referiu-se à Constituinte como uma oportunidade para consolidar a democracia e os partidos políticos. Sarney disse que quer respaldar a ação de seu governo em partidos coesos.

## Rápida entrevista

Após cumprimentar os jornalistas credenciados junto ao Comi-

tê de Imprensa do Palácio do Planalto, o presidente José Sarney concordou em conceder uma rápida entrevista, reproduzida em seus principais trechos a seguir:

## Novos ajustes virão no Plano Cruzado em 1987?

A grande prioridade do governo em 87 é a manutenção do crescimento econômico. O Brasil não pode deixar de crescer. No crescimento está a solução de todos os nossos problemas. O crescimento gera empregos, riquezas, paz social e dá condições ao País de resolver os seus problemas. A recessão gera o desemprego, gera a fome. Todos nós devemos ficar engajados no esforço de manter o crescimento do País. Eu posso assegurar à Nação que esse crescimento vai continuar.

## Nesse processo de crescimento, como conciliar a economia da iniciativa privada com as empresas estatais?

É desejo nosso que esse crescimento seja feito no setor da iniciativa privada. Posso até dizer que um dos pontos no projeto do cruzado que não correspondeu à nossa expectativa foi o que se refere aos investimentos, para que se equiparassem ao consumo. No momento em que sentimos que na realidade o País pode deixar de crescer e houver sinais de recessão por falta de investimentos da iniciativa privada, o Estado terá a obrigação de entrar como um grande investidor para manter o nível de crescimento da economia.

## Isso significa, então, que 87 será decisivo para novos ajustes no Plano Cruzado?

O Plano Cruzado tem um dinamismo próprio. Ele liberou forças tão grandes dentro da economia, que passa a ter o seu próprio destino. A economia não é geometria. O que eu peço hoje ao povo brasileiro é que as modificações que tenhamos de fazer e que forem necessárias sejam feitas de comum acordo. Para isso estou convocando o pacto social; para que não se

possa estabelecer um confronto entre sociedade e Estado. Precisamos ter co-responsabilidade nas decisões que tiverem de ser tomadas.

## Quais são as linhas para esse pacto?

Se o governo colocasse uma posição, de início, já faria uma limitação ao pacto. A melhor coisa que podemos fazer para mostrar a nossa boa-vontade, nosso desarmamento e nossa boa-fé é justamente dizer que não queremos sentar na mesa excluindo alguém ou com uma agenda pré-estabelecida. Vamos discutir todos os nossos problemas.

## O pacto vai ser por um período curto?

Qualquer pacto tem que ser por um período limitado. Para quê? Para gerar confiança. Se não gerarmos confiança entre as partes, não chegaremos a bons resultados. O período curto é até uma exigência dos que vão participar do pacto. Obtida a confiança mútua, então podemos avançar. Para correr, temos que dar o primeiro passo.

## E como fica a dívida externa, presidente?

A nossa conduta vai ser a mesma. Defender os interesses do País e, ao mesmo tempo, observando as limitações. Temos a nossa linha vermelha. Sabemos que o Brasil não pode sacrificar o seu crescimento econômico, não pode condenar o povo a condições de sacrifício maior e, evidentemente, vamos negociar a dívida dentro deste parâmetro.

## Renegociar sem passar pelo FMI?

É uma questão superada. No momento em que assumi o governo, o Brasil tinha um acordo pronto com o FMI, que previa monitoramento da economia brasileira. Nós nos recusamos, porque achamos que o Brasil tinha, então, um governo sério e adotamos, em vez da recessão, o crescimento econômico.